

PROPEDÊUTICA DO JOGO FILOSÓFICO: ENTRE ALICE, O XADREZ E A ARANHA

PROPEDEUTICS OF THE PHILOSOPHICAL GAME: BETWEEN ALICE, CHESS AND THE SPIDER

ÂNGELO MÁRCIO MACEDO GONÇALVES

Resumo: O presente artigo tem como objeto a argumentação sobre a especificidade do estudo filosófico e sua natureza peculiar de tratamento de conceitos dentro de um campo de modalidades. Nosso objetivo é demonstrar a ideia de que as relações entre o objeto, o método e o conteúdo em filosofia estão estritamente associados às construções de compressões de modelos abstratos e eruditos de pensamento. Nesse sentido, mostraremos que a filosofia estabelece suas próprias condições de validação textual, identificando de forma peculiar as distinções do pensar filosófico, sua estrutura, discernindo-o das outras formas de pensar ou de conhecimento. Quais os procedimentos do trabalho filosófico? Qual o movimento que se apresenta na tarefa do filosofar e no ensino-aprendizagem de Filosofia? Como fundamentar os elementos para a leitura dos textos filosóficos? É dentro destas questões que argumentaremos o trabalho da compreensão de questões filosóficas através de tessitura, formulação e resolução de enigmas, que envolvem os caracteres de erudição intelectual.

Palavras-chave: Propedêutica Filosófica. Fundamentos de Filosofia. Lógica Filosófica.

Abstract: The present article has as its object the argumentation about the specificity of the philosophical study and its peculiar nature of treatment of concepts within a field of modalities. Our objective is to demonstrate the idea that the relations between object, method and content in philosophy are strictly associated with the constructions of understanding abstract and erudite models of thought. In this sense, we will show that philosophy establishes its own conditions of textual validation, identifying in a peculiar way the distinctions of philosophical thinking, its structure, discerning it from other ways of thinking or knowledge. What are the procedures of philosophical work? What is the movement that presents itself in the task of philosophizing and in the teaching and learning of Philosophy? How to base the elements for the reading of philosophical texts? It is within these questions that we will argue the work of understanding philosophical questions through tessitura, formulation and solving puzzles, which involve the characters of intellectual erudition.

Keywords: Philosophical propaedeutics. Fundamentals of Philosophy. Philosophical Logic.

INTRODUÇÃO

O termo e o uso de ‘filosofia’ têm tido um tratamento que, muitas vezes, para mais e para

menos, negligencia aspectos das delimitações e demarcações do labor filosófico. Em certa medida, há uma compreensão que confunde o próprio pensamento filosófico com o filosofar e a consciência crítica. Queremos insistir que são coisas distintas, não necessariamente excludentes. O que vai, e isso é fundamental, diferenciar precisamente é o próprio campo de modalidades exigidas nas inquirições filosóficas.

Os contornos dos conceitos e das definições, e suas tensões metodológicas, assim como as relações com a sintaxe e a semântica filosóficas demonstram um trabalho de especialista no tratamento da problemática estabelecida por um projeto de investigação filosófica.

Quando lemos as primeiras linhas da *Metafísica* de Aristóteles ou o início da *Ética* de Espinosa, somos conduzidos na leitura pela colocação da problemática, no primeiro, e pelo encadeamento dos axiomas e das definições, no segundo, sem que nada indique forma de presença do enunciador, a não ser uma forma de presença que se manifesta na *Ética*, graças à substituição da forma “eu entendo” (em “por causa de si, entendo aquilo cuja essência...” – definição 1) pela forma “é dita” (em “é dita finita em seu gênero...” definição 2. No texto de Aristóteles, é o “nós” de “elas nos dão prazer por si mesmas” que modifica o registro enunciativo.¹ (COSSUTTA, 1994, P.17).

A especificidade do jogo filosófico é estabelecida no próprio ato de leitura do texto. Ele pode ser definido como o processo de tessitura, análise e demonstração no percurso do entendimento de conceitos. Para tanto, identificamos nesse processo que o conteúdo de filosofia reforça nossa ideia das relações entre o objeto, o método e o conceito com a afirmação de que eles estão intimamente confundidos, no sentido de superposição. Em assim sendo, os obstáculos de acesso a tal leitura oferecem dificuldades iniciais, tanto metodológicas, como filosóficas. A existência de uma sintomatologia relativa à erudição textual se faz necessária para o início do processo de educação filosófica. Neste caso, especificamente, sendo tal erudição um traço constitutivo do pensador, pode-se transferir, igualmente, seja ao leitor-estudante, seja ao investigador das ideias filosóficas um dispositivo da ação e de entendimento conceitual. É a esse processo que trataremos nesse trabalho.

No processo de construção de argumentos, elemento essencial da metodologia filosófica, percebe-se uma peculiar forma no tratamento dos conceitos, que delimita o pensar filosófico dentro de modalidades. Nesse sentido, a sistematização do conhecimento em filosofia, a própria compreensão do que seja um sistema, assim como o processo de edificação e estruturação do

¹ O texto ao qual o Cossutta se refere é *La metafisique de Aristóteles*. Mais detalhes na bibliografia.

pensamento, denotam a imprescindibilidade do perscrutar atento das noções carregadas de sentido e referência. O aprendizado de filosofia e, talvez, o filosofar, estabelece uma ilação necessária entre o estudioso, sua produção argumentativa, o texto produzido e o contato com seu intérprete. Entendendo dessa forma, o ato e exercício constante da formação das ideias e da construção do pensamento, o rigor do trabalho desenvolvido pelo pesquisador em filosofia, se converte em seu próprio método e produto, respectivamente. Há um vínculo indissolúvel que existe entre o aprendizado e o manejo conceitual do texto. Afinal, trata-se de um processo que, sendo múltiplo, simultaneamente é uno. Objeto, método e produto se convertem em ideias, e estas, por sua vez, são representadas pelo texto.

Wittgenstein (1994) no Prefácio do *Tractatus* adverte:

Este livro talvez seja entendido apenas por quem já tenha alguma vez pensado por si próprio o que nele vem expresso - ou, pelo menos, algo semelhante. – não é, pois, um manual. – Teria alcançado seu fim se desse prazer a alguém que o lesse e entendesse. O livro trata dos problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem. Poder-se-ia talvez apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar. (WITTGENSTEIN, 1994, p. 131).

A argumentação filosófica se desenvolve com o objetivo de apresentar um percurso intelectual e metodológico para a compreensão do campo conceitual e das disposições internas das definições.² Quais seriam esses requisitos? Metodologicamente, atenção, concentração e disciplina, no mais alto grau de aplicação; isto é, organização necessária, mas não suficiente, para o tratamento dos conceitos no interior da exposição textual, entendimento do vocabulário, manipulação consciente das articulações das definições, inserção no estilo do autor e a efetivação da leitura com o trabalho cotidiano de ‘convivência’ com o processo, que delimitamos como jogo filosófico. Desse modo, partiremos de uma tese que provoca uma estranheza, qual seja, contra argumento não há fatos.

Disse o Rei: “Silêncio!” e leu seu bloco: “Regra Quarenta e Dois. *Todas as pessoas com mais de um quilômetro e meio de altura devem se retirar do tribunal.*” Todos olharam para Alice. “Não *tenho* um quilômetro e meio de altura”, disse Alice.

² A distinção entre conceito e definição em filosofia é fundamental. A que nos referimos aqui é na relação entre um estatuto ontológico do conceito e o linguístico da definição. O conceito dentro da teoria do significado é um termo indispensável para discorrer sobre os critérios de relações. Usamos aqui o termo como uma adequada abreviação de uma função proposicional monádica, que ficaria no campo da intuição. Definição seria a introdução de um termo linguístico a uma certa linguagem para atribuir um significado. A relação se fundamenta no ‘construto’ que é a “linguagem conceptual que se caracteriza pelo fato de algumas de suas expressões simbolizarem ideias.” (Bunge, 1976, p.14).

“Tem sim” disse o Rei. “Tem quase três quilômetros”, acrescentou a Rainha. “Bem, seja como for, não vou sair”, disse Alice; aliás, essa regra não é válida: você acaba de inventá-la.” “É a regra mais antiga do livro”, observou o Rei. “Então deveria ser a Número Um”, disse Alice. (CARROLL, 2009, p.140).

O dispositivo de ação e a produção de conceitos promove uma mudança de cultura experimental que se refere a exegese do texto. E é no texto que é apresentada a demonstração das experiências selecionadas. Em outras palavras, nossa proposta de educação filosófica se constitui no entendimento do já construído. O trabalho educativo tem como fundamentalmente posto uma relação dialógica de construção de ideias e onde não se aprende pelo acúmulo de informações. O educador deve partir do abstrato já constituído para em seguida compreender as nuances do mundo em geral, da imagem do mundo. Esse processo, chamamos de racionalidade de vetor, necessária para o aprendizado filosófico.

O jogo filosófico: em busca do argumento

O percurso da educação filosófica se apresenta em uma reformulação do sentido do processo de conhecer ordinário. Uma nova ordem deve ser dada, um novo sentido de sistematização se nos apresenta como fundamental, tendo como tese a acuidade da ordem das razões da exposição ou de uma lógica interna e rigorosa, que, talvez e quase sempre, são obtusas pelo seu estilo de escrita. Desse modo, o desenvolvimento das questões internas na configuração de um problema filosófico se configura como uma delimitação de critérios que se afasta dos modelos de análise tradicionais e costumeiros. Esse novo modelo de análise permeia a compreensão filosófica e acompanha a complexidade dos dispositivos conceituais contidos nos textos de filosofia. Surgem assim duas questões fundamentais: 1) Qual a relação entre intuição e conceito? e 2) Qual a função do argumento no processo da educação filosófica para seu jogo argumentativo?

Em uma frase, Leibniz traduz nosso argumento que se segue: “Cognitio (...) si simul adæquata, et intuitiva sit, perfectissima est.” (LEIBNIZ, s/d, p. 641). A cognição dos produtos da atividade filosófica é posta em uma descoberta das causas e dos sintomas da intuição dos conceitos. Temos aqui momentos distintos. Um é a tomada de consciência de uma inquietação no espírito sobre um fato conceitual³; outro, é a construção de um argumento que, em certa medida, torne esse fato

³ Um fato conceitual difere do que comumente compreendemos como objeto. É uma afirmação factual ou um princípio, fazem parte de um todo já construído racionalmente. Pode parecer paradoxal, no entanto essa é nossa tese de que a competência ou o talento

inteligível. Nesse sentido há uma passagem entre a causa de um sintoma (intuição) e o entendimento da causa do sintoma. É uma passagem tênue. No jogo da educação filosófica há competências que se traduzem na provocação nos sujeitos dessa intuição e as condições argumentativas necessárias desse sentimento, assim como sua descrição.

Há um exemplo singular na obra de David Hume; e aqui selecionamos uma que nos parece salutar para o entendimento do nosso argumento. Nas seções VII e VIII da *Investigação* (1999) aparece o que estamos chamando de ‘intuição’ como um momento primaz do fazer filosófico. Quando deslocamos, metodologicamente esse conceito de seu ambiente de origem no texto, sem sofrer prejuízo teórico, percebeu como esse autor explicita textualmente essa passagem da qual estamos tratando. Isto é, intuição do conceito e descrição do intuído. Afirma Hume: “Portanto, esta conexão que *sentimos*⁴ no espírito, esta transição costumeira da imaginação de um objeto para o seu acompanhante usual, é o sentimento ou a impressão que origina a ideia de poder ou de conexão necessária.”. (HUME, 1999, p.145). A utilização do termo ‘*sentimos*’ tem um papel de operador gramatical, por um lado, e de conceito por outro. O bizarro é que não são excludentes. Eis a perícia do filósofo. ‘Sentimos’ opera enquanto uma conjunção constante de fatos semelhantes (conceito de hábito em Hume) e como ‘Poder’ e ‘Causa’, na medida em que se estabelece como objeto da sua *Investigação*.

Segundo estas explicações e definições, a ideia de *poder* é tão relativa como a de *causa*: ambas dizem respeito a um efeito ou a um outro evento unido constantemente ao primeiro. Quando consideramos a circunstância *desconhecida* de um objeto, que fixa e determina o grau e a quantidade de seu efeito, denominamo-la seu poder. E é do consenso geral entre os filósofos que o efeito é a medida do poder. Mas se eles tivessem uma ideia de poder, tal como é em si mesmo, por que não poderiam medi-lo por si mesmo? (HUME, 1999, p.146.)

Apreendemos no espírito o conceito e entendemos na exposição do percurso argumentativo constituídos na disposição do texto. É uma noção definida e demarcada do campo filosófico ou da

filosófico começa com a identificação de uma asserção factual. Uma asserção já é um conceito e depende de um argumento que o sustente dentro de um todo explicativo.

⁴ Esse termo é de tradução problemática nos texto de Hume. Ele aparece como *Feeling, sentiment, sensation, taste, impression*. Não é o caso aqui de aprofundar esse estudo, pois a utilização desse termo na nossa argumentação é justamente para mostrar a relação entre o uso do termo conceitual. Para maior detalhe dessa questão conferir as notas da tradução feitas por Débora Danowski no *Tratado da Natureza Humana*: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais, primeira reimpressão, Editora da UNESP, 2001. Recomendo também o livro de Michel Malherbe, *La philosophie empiriste de David Hume*, Paris: J. Vrin, 1984.

tarefa do filosofar. Trabalho ordinário de quem produz filosofia. Produção construída na atividade espiritual provocada pelo *sum-grammata* filosófico. Desse modo, na educação filosófica a produção textual delimita o intuitivo. Pelo exposto no texto filosófico, a intuição é sentida e entendida dentro da compatibilidade entre o escrito e o verdadeiro. Gramática própria dos textos filosóficos.

Filosofia como história ou construção de conceitos e resolução de enigmas

Atualmente há um debate sedutor sobre o fazer filosofia. Esse debate, que achamos que não foi encerrado, adquire questões que entendemos como um foco de delimitação do objeto do filosofar. Nesse sentido e em certa medida, na configuração e identificação das diferenças entre um tratamento sociológico, antropológico, político, etc... . Estamos em um campo que deve tratar a filosofia como um estudo de especialista em um problema e/ou autor e outro como a convivência teórica sobre o que o ordinário se nos apresenta. Acredito que essa polarização é tênue e por demais sensível. Podemos “‘filosofar’ sobre tudo?” seria uma pergunta capciosa, o que não concordamos. Todavia, cremos que há uma corrente que aborda a filosofia como um possível entendimento das formas de vida, do manifestadamente dado da ordem do dia.

Quando falamos da filosofia como história ou historiografia, e construção de conceito, não necessariamente estamos defendendo uma posição técnica de estilo deleuziano, como por exemplo, ter ciência se os conceitos e as reflexões filosóficas encontrariam em diferentes autores como um *corpus* ou comunidade filosófica destes pensadores. Diz Deleuze: “(...) a história da filosofia deve jogar um papel bastante análogo ao da *collage* na pintura. (...) seria preciso que a revisão, em história da filosofia, atuasse como um verdadeiro dublê.” (DELEUZE, 1993, p.35). Levando em consideração aqui a advertência desse autor de que a operação do filosofar não é simplesmente um resgate à tradição, nem o resgate das unidades de autores. Nem no outro extremo, como terapia em Wittgenstein; isto é, acreditar nas palavras como o sentido das coisas, de forma que a atividade filosófica visaria o esclarecimento conceitual, uma terapia que tenta trabalhar sobre significações estratificadas, nas quais estão incorporadas ao uso corrente da linguagem. Ele exemplifica muito bem na noção de *intencionalidade*: “‘O querer também é apenas uma experiência’, gostaríamos de dizer (a ‘vontade’ é apenas uma ‘representação’). Ela vem quando vem, e não posso provoca-la. Não provocar? – Como o quê? O que posso, pois provocar? Com o que comparo o querer quando digo isso?” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 611). Desconfiamos de tais afirmações. Ao entrarmos no

mundo acadêmico dizemos que saímos letrados, de forma que somos forçados a repetir palavras, repeti-las e nos entediar e nos insultar depois. Mas, voltaremos a esse argumento em breve.

Seguindo o que pensamos nesse argumento, o trabalho filosófico faz um papel de ‘cartografia’ intelectual. Se existem problemas na vida comum, a filosofia os vê em escala, pois se esta fosse a escala igual do mundo, não seria reflexão filosófica, e sim o próprio mundo. Isso nos remete a uma fábula de Borges. Diz ele:

Naquele império, a Arte da Cartografia chegou a tal perfeição que o Mapa de uma província ocupava toda uma Cidade, e o Mapa do Império, toda uma província. Com o tempo, esses Mapas desmesurados já não bastavam mais. Os Colégios de Cartógrafos elaboraram um Mapa do Império que tinha a imensidão do próprio Império e coincidia perfeitamente com ele. Mas as Gerações Seguintes, menos afeitas ao Estudo da Cartografia, pensaram que este Mapa enorme era inútil e, não sem Impiedade, abandonaram-no às Inclemências do Sol e Invernos. Nos Desertos do Ocidente ainda sobrevivem Ruínas dilaceradas do Mapa, habituadas por Animais e mendigos; em todo País, não existe nenhuma outra Relíquia das Disciplinas Geográficas. (BORGES, 1971, p.136).

Nossa proposta conecta um determinado talento filosófico, uma arte de argumentação, no sentido aristotélico de (*tekhné*), como disposição (*dýnamis*) e uma capacidade racional de habilidade em um hábito adquirido e trabalhado pela alma (*psyché*). É um construto intenso que, em relação à citação anterior, não seria possível uma pedra de toque ao dado filosófico; todavia, a educação se daria pela construção consciente de escala de derivações explicativas, que mesmo sendo tomada por uma intuição imediata se envolveria em um processo de representação muito parecido com o do Octave Hamelin na obra *Essai sur les éléments principaux de la représentation* (1951), principalmente quando este trata sobre a questão do conceito de movimento e de sua relatividade.⁵ Mas insistiremos no que falamos anteriormente sobre como se dar o jogo da compreensão filosófica dentro da partida axiomática, ou o tabuleiro e a teia da aranha. Analogias a parte, sobre filosofar com a filosofia.

Porchat (2005) tem uma tese interessante que versa de forma paralela ao que pretendemos nesse artigo. Ele pergunta se se pesquisa em Filosofia ou em História da Filosofia ou uma Historiografia filosófica. De modo peculiar, ele apresenta um breve histórico sobre a formação da Filosofia no Brasil e indica os nomes dos grandes professores franceses que ‘colonizaram’ a

⁵ Para mais detalhes, a quem se interesse conferir o terceiro capítulo *Mouvement, qualité, altération*. Da citada obra.

Filosofia no modelo metodológico estruturalista de leitura, de tentar construir ou reconstruir uma doutrina *ad mentem auctoris*. No entanto, no decorrer do seu argumento ele faz um salto ou uma maior aceitação de uma filosofia ou filosofar próprio dos que estão no trabalho com a filosofia. E desse modo, ele confessa “*Errae humanum est, sed perseverare in errore diabolicum*”. (PORCHAT. 2005, p. 114).

Concordo com a primeira parte da sua argumentação de que a História da Filosofia como Filosofar seja consenso e concordo em parte com o salto que ele faz na sua, agora, emergente tese, de que deveríamos ter também uma atenção especial para problemas filosóficos que estariam inseridos no mundo contemporâneo, problemas que lidam com o ordinário e que deversem ser e nisso serem expressos livremente nos seminários, nos trabalhos e nas aulas com pontos de vistas próprios sobre os assuntos tratados. Creio que ele concordaria comigo de que a História da Filosofia é um fator basilar para o filosofar e que não se deve ficar só preso nela. Nesse ponto concordamos. Mas, o que defendemos é que no processo do filosofar existe um jogo, que partindo da tradição como postulado, resolver questões, ou melhor, entender questões específicas de um incômodo surgido em quem está no ato de delimitação de um tema de estudo filosófico. Obviamente, esse tema se estenderia à exaustão; mas não fugiremos do nosso objeto/tese do jogo do filosofar e da própria filosofia. Filosofia é identificação e tentativa de compreensão dos enigmas, puzzles, do pensamento. E cabe ao trabalho do estudioso jogar. Para jogar teremos as regras, as peças e o tabuleiro. Assim como no xadrez, a aranha tece com isso também, nos pontos de apoio para a teia, a feitura, o desenho delas, onde pode pisar sem ficar presa e onde criar teias para capturar (que é seu objetivo) sua presa. Portanto, filosofia é tessitura, é jogo e o jogo é uma ação intencional. E é nisso que nos ocuparemos a seguir.

O jogo filosófico através do exemplo prático da leitura: o tabuleiro e a teia

Todo estudo filosófico prescinde de uma vivência prévia nas leituras dos próprios filósofos. Há dificuldades fulcrais nas delimitações de um problema filosófico. Todavia, já fizemos menção do tema e justificamos a extensão da literatura sobre tal temática. Nosso objetivo aqui é mostrar e demonstrar o exercício que se faz quando nos deparamos com o trabalho do filosofante ou de quem estuda a filosofia. O verbo estudar deve sempre vir antes do aprender. E tomaremos exemplos para garantir nossa argumentação. Por uma questão de especialização, utilizaremos a disciplina Lógica como um modelo de trabalho filosófico e de assumir nossa tese de que é um processo de jogo

intelectual. Mostraremos de certa forma, o que deve constituir um processo de pensamento racional; de sua natureza e formatação estrutural.

O texto do Walton (2006) sobre lógica informal é um bom exemplo de uma introdução aos elementos básicos de construção de bons argumentos e de como analisar aqueles que nos põem em dúvidas sobre sua devida correção. É uma abordagem técnica baseada em muitos exemplos que representam como uma discussão pode ser racional. Questões como noções gerais de lógica, construções dos argumentos, formais e informais, os usos da demonstração lógica na informalidade, essencialmente. O nosso objetivo vai nesse sentido, só que com exemplo de como um problema filosófico pressupõe um trabalho de construção argumentativa do tipo geométrico. Não desprezaremos o informal, pelo contrário; indicaremos o tratamento formal de raciocínio que qualquer delimitação de objeto filosófico requer. E o faremos com pequenos exemplos que envolvem a semântica lógica e principalmente a sua sintaxe.

Partiremos ao jogo de identificações filosóficas e suas devidas e/ou tentativas de esclarecimentos. Vejamos:

[...] “Este último verso parece longo demais para o poema”, acrescentou, quase em voz alta, esquecendo que Humpty Dumpty ouviria. “Não fique aí falando sozinha desse jeito” Humpty Dumpty disse, olhando para ela pela primeira vez, “melhor me dizer seu nome e atividade.”. “Meu *nome* é Alice, mas...” “Um nome bem bobo!” Humpty Dumpty a interrompeu com impaciência. “O que significa?”. “um nome *deve* significar alguma coisa?” Alice perguntou ambigualmente. “Claro que deve”, Humpty e Dumpty respondeu com uma risada curta. “*Meu* nome significa meu formato. Com um nome como o seu, você poderia ter praticamente qualquer formato.” (CARROLL, 2009, p. 239).

Percebam que as palavras em *itálico* funcionam como indicadores de uma parte que se estuda em lógica modal. Como por exemplo, no caso acima ‘*meu*’, ‘*pode*’ e ‘*deve*’ são partes integrantes dos mundos possíveis dentro de uma demonstração com linguagem específica, com símbolos específicos. Semanticamente, esse trecho apresenta um problema essencial em filosofia da linguagem, qual seja, a relação do nome com a coisa. Seja um tratamento realista empírico, idealista (ontológico) ou como nos estudos de Ayer (1971), o problema da verdade e probabilidade e a relação do sujeito com o mundo. Um jogo de palavras que contém uma partida filosófica em ato e potência. É uma teia de relação de conceitos que se interpõem dando significação ao raciocínio em exercício constitutivo.

Outra passagem importante para nosso jogo:

“Não pude mandar todos os cavalos, sabe, porque dois deles são necessários para o jogo. Também não mandei os dois Mensageiros. Foram ambos à cidade”. Dê uma olhada na estrada, e diga-me se pode ver algum deles”. “Ninguém à vista” disse Alice.”. “Só queria ter olhos como esses”, observou o Rei num tom irritado. “Ser capaz de ver ninguém! E a certa distância! Ora, o máximo que *eu* consigo é ver pessoas reais, com esta luz!” (CARROLL, 2009, p. 256).

Esse é um grande problema de lógica ao qual se chama pressuposição da existência. Ou seja, como extrair, dentro de premissas que não pressupõem existência, premissas que só fazem relações entre classes e complementos abstratos como postulado e inferir daí uma conclusão que indique uma existência real no mundo? Tem uma literatura extensa e técnica sobre essa questão que se configura como uma inadequação lógica, da lógica tradicional aristotélica, e que a nosso entender os modernos não resolveram muito claramente, pois utilizam das mesmas noções do quadro tradicional de oposição que consideram a paternidade a Aristóteles. Há controvérsias sobre isso, mas é outra história. O importante nesse texto que apresentamos e não devemos abandonar o foco é o da delimitação, mesmo de forma propedêutica, do jogo e do jogar da filosofia que envolve o mundo (dado), o nome do mundo e as expressões que nomeiam e tecem os argumentos dos nomes aos nomes dados. Dos conceitos. Filosóficos, é claro. Não esquecer que estes problemas são bem mais complexos e requereria uma exegese exaustiva para o desenvolvimento do entendimento do processo, o que extrapolaria nosso objetivo aqui exposto.

Continuando o jogo do tear filosófico através de exemplos simples, visto que a delimitação de um objeto filosófico é mais complexa, tomemos a doutrina do Silogismo de Aristóteles como postulado e indicaremos o tipo de concentração minuciosa que a filosofia requer. Basicamente, os postulados que utilizaremos significam inferências na qual, se certas proposições se afirmam, qualquer coisa de diferente, do que é afirmado nelas, se segue necessariamente. (ARISTÓTELES, 1949). E a doutrina oficial segundo a qual frases declarativas singulares estão no mesmo plano das universais e das particulares, contudo, têm a peculiaridade de só poderem ocorrer como sujeitos de modo seguro no instinto lógico. (ARISTÓTELES, 1924). Usaremos exemplos simples do jogo e de como se tece um argumento como mosaico de um produto maior.

Um exemplo. Se partirmos de silogismos fora da forma típica, como “Alguns peixes são animais com pelo, pois todos os peixes que são animais com pelo são peixes, e todos os peixes que

são animais com pelo são animais com pelo.” (COPI, 1978, p.190), e quisermos colocar na forma típica, segundo os postulados aristotélicos, levando aí em consideração também a semântica e a gramática da língua em geral, teríamos o seguinte modelo formal:

- Todos os peixes que são animais com pelo são animais com pelo
- Todos os peixes que são animais com pelo são peixes
- Alguns peixes são animais com pelo (conclusão)

Seguindo as regras do silogismo teríamos este na forma típica. A premissa menor conteria o sujeito da conclusão e a premissa maior o predicado da conclusão. E o que não estaria na conclusão é o termo médio. Esse é o jogo exercitado por uma disciplina de filosofia que envolve o cuidado com o gramatical e os fundamentos postos para servirem de forma suficiente e necessária ao entendimento e delimitação da compreensão de uma questão.

Outro exemplo que reforça nosso argumento do jogo do tear filosófico. Seguindo Aristóteles, se temos as seguintes regras de validade silogística⁶. Resumirei apenas algumas regras, pois o intuito é mostrar como se faz uma demonstração textual seguindo exaustivamente e geometricamente os passos inferenciais do texto. Regras para um silogismo válido: 1. O termo médio deve estar distribuído pelo menos uma vez; 2. Se houver um termo distribuído na conclusão, esse termo deverá ser distribuído na premissa; 3. De duas premissas negativas não se chega a conclusão alguma; 4. Se as premissas forem afirmativas, a conclusão não poderá ser negativa; 5. Se existir uma premissa negativa, a conclusão deve ser negativa; e 6. Se as premissas forem universais, a conclusão não poderá ser particular.⁷

Nosso interesse aqui é mostrar o comportamento das derivações de um texto filosófico. Eis uma questão: “Responder às seguintes perguntas, recorrendo às seis regras. (Certificando-se de que se levem em consideração todos os casos possíveis)” (COPI, 1978, p.191). Os casos, todos possíveis são todos os modos que vão a uma série de AAA, AAE... até OOO, e cada um nas quatro figuras possíveis. Que darão um total de 256 modos possíveis e só alguns serão válidos. Eis a pergunta: “Em que modo ou modo, se for o caso, pode um silogismo categórico de forma típica da primeira

⁶ Importante notar que o argumento só será válido se somente se passar por todas as regras necessariamente. Uma vez que isso não aconteça, cometerá a falácia correspondente à regra ou regras em questão.

⁷ Essa última regra falamos anteriormente na análise do texto do Carroll, sobre os olhos capazes de ver ninguém, que se chama falácia existencial e é um problema contundente em Aristóteles, qual seja, a pressuposição da existência.

figura, com uma conclusão particular ser válido?” (COPI, 1978, p.191). Poderíamos testar um por um, o que não é o caso. Não mostrarei o cálculo figurativo e sim o texto da resposta que envolve, além do seguimento das regras, a perícia de quem responde.

Resposta: Só para lembrar a primeira figura é MP (premissa maior), SM (premissa menor) e SP (conclusão). Se a questão pede um modo válido nessa figura com uma conclusão particular, teremos duas possibilidades: com conclusão particular negativa e conclusão particular afirmativa. Se partirmos de uma conclusão negativa, pelas regras, uma das premissas deve ser negativa. As duas não podem. Como achar? O enigma e sua solução é uma questão individual. Não se ensina; só mostra as possibilidades. Nesta figura, com conclusão negativa (que escolhemos seguir) o predicado está distribuído, logo ele terá que estar distribuído na premissa que ele se encontra. O predicado da conclusão está na premissa maior e, também como predicado; e só as negativas distribuem predicado. Portanto a premissa maior será a negativa para não cometer a falácia do ilícito maior. Se eu achei a qualidade de negação da premissa maior, a premissa menor não pode ser negativa, pois cometeria a falácia das premissas exclusivas. Portanto, a premissa menor será afirmativa. Encontramos por dedução lógica isso. Se o termo médio tem que ser distribuído pelo menos uma vez e ele se encontra, nesse caso (figura) como predicado de uma afirmativa na menor e sujeito de uma negativa da maior, ele só poderá ser distribuído na premissa maior, pois na menor, sendo afirmativa e o termo médio sendo um predicado, não existe afirmativa que distribua predicado. Logo só pode ser na maior, e a única negativa que distribui o sujeito, que no caso é o termo médio é uma universal. Portanto a maior será uma universal. Se a conclusão já é uma particular e a maior já encontramos que é uma universal e negativa, a menor, que já encontramos sua qualidade de afirmativa, será particular, pois se fosse universal cometeria a falácia existencial. O problema da Alice, que na verdade é do Aristóteles. Logo achamos um modo válido com conclusão particular negativa da primeira figura EIO-I.

Continuando a resposta. Se a conclusão é uma particular afirmativa, as premissas terão que ser afirmativas. Seguindo o mesmo raciocínio, o termo médio não pode ser distribuído na menor então a maior terá que ser uma universal, pois nas afirmativas só a universal distribui sujeito. Sendo universal, a menor só pode ser particular, para não cometer o mesmo erro ou falácia existencial. Portanto será um argumento válido de modo AII-I.

O que mostramos na resolução é que um texto de filosofia, seja que estilo for, requer uma formulação de derivações pontuais, das quais o gramatical filosófico já o pressupõe. Só o fato de compreender um problema filosófico já nos coloca no meio de um tabuleiro com regras que o próprio tabuleiro dá. Poderíamos objetar se as regras do jogo não poderiam ser mudadas durante o jogo. Creio que depende. Aí seria outro jogo e não o inicial. Se a aranha ao tecer sua teia mudasse, por exemplo, uma regra: aquela que ela tem que fazer um fio em que não tenha adesão para não ficar presa na mesma rede da qual ela constrói para pegar suas presas. Em outras palavras, mudar a regra é perigoso e suicida. Eis a escolha.

Em iniciação à Filosofia ou conhecimentos abstratos temos esses caracteres, por que não dizer, estas características. Em Lógica, principalmente, isso é inevitável; ou seja, o trato com o discurso abstrato. Mortari (2006) apresenta de forma elementar no seu texto de introdução à lógica. Os quatro primeiros capítulos do livro se debruçam sobre como lidar com validade, verdade, correção, linguagens artificiais, uso e menção, expressões. Linguagem-objeto e meta-linguagem, uso de variáveis, conjuntos e funções. Que para ele, são essenciais para um bom leitor de filosofia. Sobre ‘uso’ e ‘menção’ tem um exemplo que deixa claro sua tese. Se tivéssemos o seguinte texto “Todavia e contudo, mas não também, têm o mesmo significado que mas, contudo, não, não.” (MORTARI, 2006, p.37). Se mudássemos para –veja a importância das aspas – ‘Todavia’ e ‘contudo’, mas não ‘também’, têm o mesmo significado que ‘mas’, contudo, ‘não’, não. Observem o detalhe de quando se usa um termo e se faz menção ao termo. Desse modo, o que cremos é na perspicácia do filosofar. É um jogo, não só de palavras, nem de gramática. É um jogo vital. Assim como é a composição de uma partitura. Da parte menor, a letra, até a mais sublime, o sentido. Da folha ao som. Som que toca a alma e por ela nos elava a graus de existência deveras inusitados. Eis o enigma da Filosofia.

CONCLUSÃO

A maturidade intelectual proporciona uma articulação mais extensa e radical dos procedimentos do jogo filosófico, do tecido do texto e da sua configuração. Benveniste (1966) esclarece muito nossa tese da propedêutica filosófica como a relação dos enigmas textuais. Este autor indica uma relação constitutiva no processo de leitura. Para ele, há um sujeito enunciador (que seria o autor e o leitor lendo) o texto (como fonte enunciativa) e a comunidade (uma integração do

exterior). Entendemos que o grau de exercício de abstração para entender esses operadores, nos processos da filosofia e do filosofar é maior na proporção direta com o ato de jogar/ler.

Compreender filosofia, o conteúdo do texto, além das operações e dos papéis de cada operador constituinte requer uma reflexão imediata dos procedimentos constitutivos do texto. As regras do jogo. Estes procedimentos são indicados e exercitados no ato de jogar, no ato da leitura e apreensão do objeto filosófico. É uma leitura que informa o conteúdo, forma o conteúdo no leitor e explicita, no exercício interpretativo, as condições de possibilidade e a legitimidade do próprio tema. É uma intensidade escolar. Filosoficamente posta enquanto método.

A investigação sobre a precisão dos próprios princípios e conceitos em filosofia é o problema central ao qual e pelo qual devemos nos ater. As revoluções concernentes a um único conceito chamam a atenção para o fato de que elas são sincrônicas das revoluções gerais que ocorrem e marcam a história do espírito humano. Daí se segue que as transformações ocorridas estão no interior do jogo dentro de uma tendência perturbadora no exercício filosófico de construção de pensamentos e conceitos. Não obstante, essa natureza atinge um nível de especialidade em um campo de estados do conhecimento ou um correspondente de uma maturação conceitual atribuído como um modelo abstrato, conquanto humanizado no jogo subjetivo de quem jogue.

A pedagogia para isso é essencialmente um trabalho efetivo, que retomemos aqui: um tabuleiro, as regras, as peças, os jogadores, o exterior e o mais importante: o jogo. Essa pedagogia racional é escola e deve ter o que lhe tomaram: sua função, que é estudar. Enfim, a filosofia no seu jogo de conceitos ou os conceitos jogados na filosofia é responsável em promover esse espectro de formação intelectual capaz de levar o estudante a um profundo exercício de pensamento e a compreensão e apropriação do novo dentro dos limites do dado. Pedagogia necessária para a jogada primaz de uma partida e o fim do campeonato. Mas tudo poderia ter sido um sonho enganador em doze jogadas para um xeque-mate.

Após certo tempo o barulho pareceu desaparecer pouco a pouco, até que tudo mergulha em profundo silêncio, e Alice levantou a cabeça, um pouco assustada. Não havia ninguém à vista e seu primeiro pensamento foi que devia ter estado sonhado com o Leão e o Unicórnio e aqueles esquisitos Mensageiros Anglo-Saxões. No entanto, o enorme prato em que havia tentado cortar o bolo de passas ainda estava a seus pés. “Então eu não estava sonhado, afinal de contas”, disse para si mesma, “a menos... que sejamos todos parte do mesmo sonho. Só espero que o sonho seja *meu*, e não do Rei Vermelho! Não gosto de pertencer ao sonho de outra

pessoa”, continuou, num tom bastante queixoso. “Sinto uma enorme vontade de ir acordá-lo e ver o que acontece.”. (CARROLL, 2009,p. 268).

REFERÊNCIAS

ARISTOTE. **La Métaphisique**. Introdução e trad. J. Tricot. Paris, Vrin, 1986, 2 volumes.

ARISTÓTELES, **Prior and Posterior Analytics**. A Revised Text with Introduction and Commentary by W.D. Ross. Oxford, 1949.

ARISTOTELES. **METAPHISICS**. A Revised Text with Introduction and Commentary by W. D. Ross, Oxford, 1924.

AYER, A. J. **Lenguaje, verdade y lógica**. Trad. Marcial Suárez. Barcelona: Ed. Martínez Roca, S.A., 1971.

BEVENISTE. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.

COPI, I. M. **Introdução à lógica**. Trad. de Álvaro de Cabral, São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1978.

BORGES, J. **História universal de la infâmia**. Madri, 1971.

BUNGE, M. **Tratado de filosofia básica**. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silvelra da Mota. V. 1. EPU, EDUSP, 1976.

CARROLL, L. **As aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COSSUTTA, F. **Elementos para leitura de textos filosóficos**. Trad. Angela de Noronha Begnami ... *et tal*). São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DELEUZE, G. **Différence et répétition**. Paris: PUF, 1993.

HAMELIN. O. **Essai sur les éléments principaux de la représentation**. Paris: PUF, 1952.

HUME, D. **Na Enquiry concerning human Understanding**. Edited by Tom L. Beauchamp. Oxford: University Press, 1999.



LEIBNIZ. **Œuvres Philos**, Alcan, t. I, p. 621.

MORTARI, C. A. **Introdução à lógica**. São Paulo: UNESP, 2006.

WALTON, D. N. **Lógica informal**. Trad. Ana Lúcia R. Franco, Carlos A. L. Salum. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Coleção Biblioteca Nacional).

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução, apresentação e estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes Santos. 2. Ed. revista e ampliada. São Paulo: EDUSP, 1994.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 1994.